

“Hago historia para el común de la gente”: entrevista coletiva com Pablo Pozzi

Robson Laverdi*
Geni Rosa Duarte**
Mérid Frotscher***
Laura Ortiz****

Mi práctica como historiador me obliga a recurrir a fuentes orales además de fuentes no orales ya que mi objetivo es comprender los procesos humanos en la esperanza de contribuir a cambiar y mejorar el mundo. En esto soy muy ambicioso: no hago historia para los colegas, la hago para el común de la gente.
(Pozzi, 2012, p. 69).

Ao atravessar a fronteira temporal do século XX, a história oral continua se firmando, não sem contraposições, como metodologia vital de inscrição de sentidos socioculturais vividos no tempo em formas de conhecimento

* Doutor em História e professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: robson_laverdi@hotmail.com.

** Doutora em História e professora do Colegiado de História e do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: geni.rosaduarte@gmail.com.

*** Doutora em História e professora do Colegiado de História e do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: merikramer@hotmail.com.

**** Doutoranda do Programa de História Oral do Instituto Interdisciplinario de Estudios e Investigaciones de América Latina na Universidad de Buenos Aires (Uba), Argentina. Bolsista do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet), Argentina. E-mail: malauraortiz@gmail.com.

laboradas no âmbito das ciências humanas e sociais – e além. Ao considerarmos sua desenvoltura nos debates acerca dos problemas e perspectivas ensejados numa paisagem internacional reflexiva, heterogênea e complexa quanto às suas experiências e práticas, reconhecemos também a importância de ouvir as histórias daqueles que têm praticado a história oral no contexto das últimas décadas. Ouvir e registrar as narrativas dos pesquisadores que investiram parte de suas vidas/trajetórias intelectuais nesse diálogo é parte de um processo que pode favorecer a contribuição da história oral na cena contemporânea, assim como ajudar a desenhar seus desafios no presente e no futuro. Afora o reconhecimento de sua complexidade e vitalidade, a história oral muito tem a ganhar ao problematizar o seu próprio fazer, ao ouvir as histórias de seus sujeitos de conhecimento na construção dos seus aportes e nas suas lutas por legitimidade.

Em torno de tão vigoroso propósito, toma-se nesta publicação o desafio de fazer circular a entrevista coletiva concedida pelo historiador e professor Pablo Alejandro Pozzi, da Universidad de Buenos Aires (Uba), aos professores Geni Rosa Duarte, Méri Frotscher e Robson Laverdi. Gravada em 8 de outubro de 2009 na majestosa Manzana de las Luces, em Buenos Aires, a conversa ocorreu no clima acalorado de debates do IX Encuentro Nacional y III Congreso Internacional de Historia Oral, *Los usos de la memoria y la historia oral*, evento promovido pela Asociación de Historia Oral de la República Argentina (Ahora) que tinha o entrevistado como um de seus promotores/organizadores.

Pablo Alejandro Pozzi, que nasceu em Buenos Aires em 26 de agosto de 1953, tem uma trajetória pessoal e profissional internacional rica e variada. PhD em História pela SUNY at Stony Brook (1989), sua especialidade é a história social contemporânea e, particularmente, a história da classe trabalhadora pós-1945, tanto nos Estados Unidos como na Argentina. É professor da cátedra de História dos Estados Unidos da América – no Departamento de História –, do mestrado em História Econômica e do doutorado em História da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires. É diretor do Programa de Historia Oral do Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas da Uba e assessor acadêmico do Centro de Estudios Americanos (CEA). Também foi membro do comitê internacional da Organization of American Historians (OAH) e do conselho editorial do *Journal of American History*. Na atualidade, é editor colaborador do *Journal of American History* e da *Latin American Perspectives*, membro do conselho consultivo

institucional do Archivo Nacional de la Memoria – vinculado à Secretaría de Derechos Humanos del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación (Argentina). Publicou vários artigos e livros sobre história e sociedade norte-americana e argentina; entre suas obras, destacam-se: *La oposición obrera a la dictadura (1976-1982)* (Editorial Contrapunto, 1988); *Los setentistas: izquierda y clase obrera, 1969-1976* (Eudeba, 2000); *Por la sendas argentinas: el PRT-ERP, la guerrilla marxista* (Eudeba, 2001); *Luchas sociales y crisis en Estados Unidos, 1945-1993* (El Bloque Editorial, 1993); *Huellas imperiales: Estados Unidos de la crisis de acumulación a la globalización capitalista* (Editorial Imago Mundi, 2013); *La decadencia de Estados Unidos* (Maipue, 2009); *Invasiones bárbaras en la historia de Estados Unidos* (Maipue, 2009) e *Trabajadores y conciencia de clase en Estados Unidos* (Editorial Cántaro, 1990).

Razões diversas, além de sua rica trajetória, dignam a leitura da narrativa deste intelectual acerca de sua inserção em uma história oral voltada para a prática da história social de viés latino-americano. É importante primeiro situar o lugar privilegiado que Pablo Pozzi vem ocupando na produção acadêmica e nos encontros internacionais públicos de história oral desde os anos 1990. Vale considerar seu envolvimento também em eventos de história oral acontecidos no Brasil e em outros países da América Latina. Mais do que mero participante, Pablo Pozzi tem sido um protagonista do movimento de prospecção e difusão da história oral na América Latina, partindo do pressuposto de que a história oral praticada aqui tem suas especificidades, em razão dos processos históricos vividos serem distintos dos experienciados na América do Norte ou na Europa. Teve valorosa participação na Asociación de Historia Oral de la República Argentina (Ahor), como diretor e como colaborador na organização de eventos, foi integrante ativo da International Oral History Association (Ioha), além de ter participado de vários encontros e comissões científicas da Associação Brasileira de História Oral (Abho). Essa atuação resultou na criação da Red Latinoamericana de Historia Oral (Relaho), que mobiliza praticantes de história oral de toda a América Latina.

Outra razão para percorrer o relato de Pablo Pozzi relaciona-se com sua assertiva acerca dos sentidos políticos de sua inserção no campo da história a partir da história oral. Como ele próprio asseverou em artigo recente publicado no Brasil, o interesse não é apenas pela memória dos marginalizados, mas pela ampliação da consciência desses protagonistas da história e da percepção de que a realidade pode ser modificada (Pozzi, 2012, p. 63).

Vale considerar ainda que a trajetória de Pablo Pozzi se desenha no espírito da militância em duplo sentido: primeiro, a militância por uma história com o escopo de transformação social; segundo, a militância pela história oral como forma de transcender o universo acadêmico como lugar de chegada. Mais do que falar sobre os sentidos de sua particular carreira intelectual no contexto acadêmico latino-americano, recorreremos aqui a uma singela proposição que transcende as palavras que ensejam apresentá-lo.

Queremos oferecer esta nossa prática da história oral com um dos intelectuais mais engajados em divulgar e problematizar o método, preservando seu sentido mais profundo. E, assim, encaramos como horizonte de aprendizado esta rara oportunidade de ouvi-lo contar sua história e a da sua prática da história oral, nas vias de sua própria voz e subjetividade. Mais do que uma entrevista coletiva de viés acadêmico, buscamos aqui oferecer um relato de história oral de um de seus mais ilustres defensores.

Entrevista

Robson Laverdi – Buenos Aires, 8 de outubro de 2009. Estamos na Manzana de las Luces com o historiador Pablo Pozzi, os professores Méri Frotscher, Geni Rosa Duarte e Robson Laverdi, para uma entrevista coletiva a ser publicada em momento oportuno. Pablo, gostaríamos que você falasse um pouco sobre a sua trajetória.

Pablo Pozzi – Ya no soy más el joven historiador [risos]. Por lo tanto mi trayectoria es larga, aunque no sé si destacada. Mi formación es compleja. Mi madre era maestra y mi padre era ingeniero químico – que un buen día decidieron salir de la Argentina. Decidieron irse porque mi padre había tenido una cantidad de problemas... era antiperonista, lo echan de la universidad, lo ponen en listas negras, se pelea con el jefe que le hace la vida imposible, etcétera. Y vamos a México. Yo llegué a México a los ocho años de edad y fue un despertar muy duro y muy complicado. Yo no conocía América Latina y nunca había visto las cosas que vi en México. Después las volví a ver, pero la primera vez que las ves es muy impactante. Me refiero a miseria, me refiero a represión. O sea... marchas de obreros o de indígenas y la policía no golpeando, sino tirando tiros. Los ricos muy ricos, los pobres muy pobres. Y cosas que me impactaron muchísimo, qué sé yo, turistas norteamericanos

que – en esa época el peso mexicano era una moneda grande de plata... y el turista norteamericano sacaba el peso, lo mostraba a los niños, lo tiraba para ver cómo se peleaban los niños por el peso... y sacaba fotos. O les sacaban fotos a los indígenas, a los aborígenes, era muy chocante porque los aborígenes lloraban el proceso, porque en el concepto que había... bueno, además de que no conocían cámara fotográfica, [había] toda una percepción en términos de robarle el alma, la imagen. Y acá, gente por ahí muy razonable, inclusive progresista, lo hacía y le daba ataque de risa. Entonces para mí [fue] muy impactante. Yo empiezo la secundaria en México. Fui a México, mis padres, clase media argentina, baja pero clase media y por lo tanto había que ir a escuela pública. Entonces yo llego a México y a mí me envían a escuela pública. Escuela pública es escuela de indígenas en México. La escuela de blancos es escuela de ricos, privada. Entonces estaban todos los chicos, los hijos de los campesinos, todos los hijos de los obreros y yo. Lo cual, por un lado, es una experiencia del racismo inverso, qué quiero decir, a mí me favorecían todas las maestras porque yo era blanco. O sea, yo era un estudiante mediocre en la Argentina, fui el primero de mi clase en México. Al mismo tiempo, cumplía años, invitábamos a todos los compañeros y no venía ninguno, porque ningún hijo de campesino iba a ir a la casa de un blanco. Entonces esto es algo que a mí siempre me quedó muy impactante y me sirvió muchos años más tarde, como historiador, para comprender cosas en función del exilio político en México – porque, el exilio político, todos estos militantes revolucionarios, incluyendo los brasileros, en lugares como México eran élite. Eran élite. Con lo cual surgían chistes, relaciones y una cantidad de cosas sobre el trabajador y la población mexicana que nunca hubieran hecho en sus propios países. En el caso de argentinos, uruguayos y chilenos era muy notable. Cosa que a mí además me enojaba mucho. De ahí, mi padre, que se dedicaba a [la] educación en México, trabajaba para la Unesco, lo envían a Estados Unidos y ahí sufro del otro lado. Ahí dejo de ser blanco y me convierto en negro. O sea, iba a la escuela pública en Estados Unidos y yo era latinoamericano. Por lo tanto me ponen en la sección de clases, o sea, los años escolares están divididos en secciones, o estaban, supongo que siguen estando. La primera es de los brillantes, la segunda de los más o menos, la octava de los tontos. Yo estaba en los tontos. En los tontos, en los que los tontos éramos aquellos... con... ¿cómo se definía “tontos”?... no sé. Pero conmigo estaban los negros, los árabes, los latinoamericanos... Éramos los tontos. Donde, la verdad que no había mucha educación que digamos, entonces se convertía en

una cosa sumamente compleja. Donde además del barrio, había que acomodarse a esto. Sobrevivir digamos. De hecho cuando llega el momento de terminar la secundaria e ir a la universidad, la escuela me recomienda que yo universidad no. No puedo. La tutora llama a mis padres y les dice que mi profesión es ser peluquero, porque tengo una sensibilidad femenina. ¡Cosa que es cierto! Pero, digamos, por qué un peluquero tiene sensibilidad femenina, digo, ¿qué? ¿era requisito para el oficio? No sé. Sea como sea yo decidí ir a la universidad. Y decido la universidad y estudiar historia. Yo primero quería estudiar economía. Entré sorprendentemente a una universidad de élite en Estados Unidos, la Universidad de Wesleyan. Es una universidad de la liga de la enredadera, Ivy League. Este... de muchísimo dinero, donde había un profesor, digamos, cada cinco, seis alumnos. La biblioteca tenía dos millones de volúmenes, preciosa, muy linda. Y donde dormíamos en dormitorios, qué sé yo, éramos quince alumnos, catorce de mucha plata y yo. No quiere decir que yo era un pobre chico, lo que quiere decir es que, de repente, vivencias [de] clase social, discriminación, etcétera. En ese momento no te das cuenta, te enoja. Pero [es] cuando empiezas a explicar por qué vas para un lado y no para el otro, de esto... ¿no? Entonces en ese contexto, yo para ir a la universidad, además que mis padres hacían mucho esfuerzo, yo trabajaba. Yo entro a trabajar a los trece años. Nosotros lo llamamos canillita, es el... el que vende diarios, periódicos. Yo salía de la escuela y trabajaba de canillita. Salí de trabajar ahí y trabajé limpiando un gimnasio, y de ahí qué sé yo, una cantidad de cosas. En la universidad ésta, un día los otros alumnos vienen, me ven, y dicen que bueno, que yo tengo que hacer algo con mi habitación porque es una vergüenza. Claro, yo no tenía alfombra, yo no tenía tocadiscos, no tenía *stereo*, no tenía esto... Yo tenía la cama, la silla y los tres libros [risos]. ¡Un montón! Y a mí no se me había ocurrido, pero además no sólo no se me había ocurrido, yo no tenía la plata para esto. Tampoco se me había ocurrido que no tenía la plata. No sé si me explico. O sea, yo no me sentía pobre, ¿está claro? Yo me sentía normal. Por primera vez en mi vida me hicieron sentir pobre, ¿está? De todas maneras empecé estudiando economía, a mí la economía me pareció muy poco seria como disciplina. En primer año de economía, nos hicieron hacer un ejercicio donde había que calcular qué tenía que modificar en ecuaciones econométricas para lidiar con inflación, desempleo; y yo no entendía nada. O sea, a ver, yo me dediqué a humanidades y ciencias sociales porque yo matemáticas, no. Quiero decir, no sé nada de matemáticas. Todos mis compañeros estaban ahí... fórmulas matemáticas... Y yo

desesperado ¡qué hago con esto! Entonces miro, miro, miro y digo, bueno, qué sabemos, más o menos esto es así y calculo una curva. El único que tuvo razón en su cálculo econométrico fui yo. Entonces dije: ésta es una disciplina poco seria. Si yo inventé la respuesta y acerté [risos], todos estos otros economistas que aprenden cálculo avanzado, inversión de riesgo, qué sé yo, son unos mentirosos. Esto no es serio. Entonces dije, bueno, esto no, yo quiero algo que sirva. Entonces ¿qué sirve en esto? Sirve historia. Porque a mí me interesaban historias de piratas, me interesaba Napoleón, me interesaba Sandokán, de Emilio Salgari, el italiano, que también era antibritánico, negro. Esas cosas que uno las ve años más tarde. A mí me fascinaba Sandokán. Me interesaba Napoleón por esa cuestión de que era corso, o sea de Córcega, que se había forjado en la Revolución Francesa, eso ¿no? ¿Cómo estos hijos de puta ingleses lo habían tratado mal? ¡Horrible, ingleses! Una cantidad de cosas. Lo mismo que me gustaba Beethoven. ¿Por qué me gustaba? La Sinfonía Heroica, maravillosa. Era una cosa, digamos otra vez, ¿me gustaba! ¿está? Ese proceso, además, es en un período de mucha politización. Yo ingreso a la secundaria en México en el año sesenta y cinco, sesenta y seis, principios del sesenta y seis, debe haber sido. Yo me acuerdo hasta el día de hoy, llegar a la secundaria, en el centro de la ciudad de México, la Preparatoria Dos, una secundaria histórica que ya no está más, estaba en el edificio San Ildelfonso. El San Ildelfonso es un edificio del siglo XVI. Precioso, bellísimo. Y yo llego ahí y estaba la Juventud Comunista que era clandestina ¿sí? porque además la perseguían en serio; cerrando el colegio, con el colegio tomado. Y nosotros, imaginen, nosotros, yo trece años, todos... claro "ohhh". ¡Felicidad, felicidad! Afuera la policía y empezaron los tiros por todos lados, salimos corriendo, mataron chicos bueno, qué sé yo, en un proceso que dos años más tarde implicó que la policía de México asaltara estos colegios secundarios, los asalta con bazucas, con cañonazos, mata gente y termina en la gran masacre que se hace en el sesenta y ocho en la plaza de Tlatelolco. Cosa que a mí me impacta mucho. En el medio, digo, hechos que yo me acuerdo. En el medio, cosas casi ridículas. Muerte del Che, que para mí fue una cosa terrible. Antes la muerte de Kennedy, que fue tan terrible como la del Che [risos]. ¡Insólito! En medio Luther King, Bobby Kennedy, una cantidad de gente, Camilo Torres, bueno, mi recuerdo... nadie se acuerda hoy de Carlos Marighella, pero yo tenía, debía tener diez, doce años, en mi mundo Marighella era una presencia todos los días. Pero una presencia, una especie de Robin Hood, ¿no? Se hablaba en la casa, se hablaba en el barrio, ¿no? Secuestraron al cónsul, al embajador

norteamericano, ¡qué bueno! ¿está? Cosas que te marcaban muy mucho. Llego a la universidad, esta de élite, y en el medio de estar en la universidad, golpe de Estado en Chile. Y bueno, empieza ya una definición de que... Todos me hablaban de democracia, mi padre socialista, mi madre progresista, sabía que la democracia, las elecciones, qué sé yo... y para mí estaba muy claro que esto no... Entonces ya a partir del setenta y tres me empiezo a vincular con sectores de la guerrilla argentina y a participar, mientras soy historiador, en una cosa medio complicada porque me acuerdo siempre, en reunión de célula, mi responsable, uno de los jóvenes militantes, me dice "Bueno..." – tenía dieciocho años el chico, quería ver si estudiaba el chico, yo tenía veinte [risos]... "el chico" – para mí era el chico – le dice "Bueno, el estudio, la universidad, no es una cuestión de [volvernos] pequeñoburgueses". Y mi responsable dice "No, por supuesto que no, pero eso sí, hay que estudiar algo útil para la revolución y la clase obrera, por ejemplo informática, no vas a estudiar tonterías como, no sé, historia" [risos]. Y siempre me acuerdo porque salí de ahí traumatado, yo militaba en el frente obrero... Voy a hablar con un viejo obrero, debía tener treinta y cinco años, para mí un viejo obrero. Y le digo que tengo que cambiar de oficio, que estudiar historia está mal, que ser historiador... "No seas pelotudo – me dice el tipo –, no seas tonto. La historia es una cosa fundamental para todos nosotros. Lo que nosotros necesitamos son historiadores nuestros, no historiadores del otro lado. Está lleno de historiadores que contribuyen a oprimirnos, nosotros necesitamos tener para liberarnos. Eso sí – me dice – nada de hacer tonterías, necesitamos buenos historiadores, no panfletistas". Cosa que no entendí nada, nada, nada. Yo me dediqué a hacer panfleto. Empecé panfleto. La revolución... la clase obrera..., todos eran perfectos mis obreros, los que no eran perfectos tenían conciencia baja. Bueno, si no habíamos hecho la revolución era porque nos habían traicionado los burócratas. Bueno, todo ese tipo de cosas. Esto en un proceso, digamos que salgo, terminé la universidad, entro en el posgrado con una beca muy bien, o sea, soy medalla de honor en historia, cosa, para la época, importante, este premio de historia, etcétera. Y yo milito y entro a estudiar en el posgrado y en ese proceso empiezo a decidir que yo no quiero estudiar. Que a mí eso no me interesa. Me empiezan a entrar una cantidad de cosas en la cabeza que vienen de otros lados, del mundo digamos... esto que decía de México, la vida en la Argentina, lo que pasaba en América Latina, una cantidad... "Esto no tiene sentido". Yo había trabajado en fábrica antes y digo: "Bueno, acá hay que volver. Basta". Tanto hablar de la clase obrera, tanto

hablar de la cosa obrera... Entonces hablo con mi responsable, me dice: “Acá hay que proletarizarse”. A mí nunca se me ocurrió que yo ya estaba proletarizado. Yo venía trabajando de los trece años. Pero para mí yo era un pequeño-burgués. ¿Por qué? Porque yo iba a la universidad y mis padres digamos, no pasaban apuro económico, no eran ricos, pero tampoco eran pobres, ¿está claro? O sea, mi madre era docente, mi padre era acá funcionario, funcionario en ese momento, había avanzado, avanzó mucho más, era un experto de Naciones Unidas. Le iba bien. Dejo la universidad, la universidad se sienta y me dice: “Mire Pozzi, está bien, entendemos lo que usted necesita pero le vamos a seguir pagando la beca”. Insólito. Entonces yo me fui a trabajar a [una] fábrica durante varios años y a mí me siguieron pagando la beca, ¿sí? O sea, durante tres años me pagaron la beca. “Venga cuando pueda, a algún seminario”. Yo iba, hacía mis monografías, o sea, qué sé yo... estudié Marx, Lenin y una cantidad de cosas, no entendí nada. Teorías de imperialismo para seminarios que después yo trataba de ver cómo comprendía para hablar con mis compañeros. Que me querían mucho en la fábrica, realmente me querían muy mucho. Pero era muy claro que yo no era ni iba a ser igual que ellos. Una vez me explicó uno: “Tú te puedes ir de aquí cuando quieras, ¿no? Nosotros estamos aquí condenados de por vida”. Y a mí eso me impactó, la verdad que siempre me impactó muy mucho. Porque además me impactaron muchas cosas de los compañeros. Me impactaron cosas de dignidad, bueno lo que conté en Marechal Rondon, de cómo se forjaba una disciplina, una cosa de todos juntos. Y me impactó una cosa absolutamente increíble, o que nosotros no tomábamos en cuenta y a mí me marcó siempre la vida. La historia era muy importante para ellos. Pero no un poquito. Muy importante. Pero no la historia ésta que pueden hacer algunos de mis estudiantes, que es una historia que parece una torta, un pastel de crema, toda bonita, donde todo es explicado, racional, no hay problemas, nadie se deprime, Lenin siempre fue hacia adelante, Trotsky siempre la vio clarísimo, ¿está? y los traidores son traidores. Era una historia dicotómica... Porque además, yo me acuerdo de un compañero de la fábrica que un día me dice: “¿por qué los militares siempre daban golpes de Estado?” Está fácil la respuesta, di tantas, di tantas respuestas fáciles, ¿viste? “Golpe de Estado porque la burguesía, los intereses de clase...”. “Pero ¿cómo? – me dice – ¿no son patriotas?”. “Bueno no, usted no entiende, compañero, porque la verdad de bla, bla, bla, la opresión del ejército argentino bla, bla, bla”. “Claro – me dice – ellos también son empleados ¿no? Porque trabajan para otros”. “Claro, pero compañeros, falsa conciencia”.

“Ah, falsa conciencia. ¿Y qué es la conciencia?”. Claro, cuando terminó era un examen de doctorado, de preguntas muy simples en que lo que a mí me quedó cada vez más claro, es que yo no sabía nada, pero nada. Porque no tenía la capacidad de explicárselas. De explicárselas desde su vida y sus intereses. Entonces dije bueno, vamos a tratar de... mi interlocutor en historia es esta gente, yo hago historia para ellos, no hago historia para la clase obrera, hago historia para esos compañeros míos y además, para los trabajadores. Pero cuando yo me imagino a la clase obrera me imagino a esta gente, o sea, no, no es que me la invento, no es una foto. Son estos compañeros donde... qué sé yo, muchos años más tarde, yo cuento, trataba de entrevistar a uno, viejo obrero hachero, que corta leña, hacha madera. Yo quería y el tipo no decía nada, no decía nada, yo que sé, una entrevista, la vida, y no me contaba nada. Y en un momento me dice “¿Pero cómo te llamás tú?”. Y le digo “Soy Pozzi”. “Ah, sí Pablo Pozzi – dice. Escribiste un libro sobre la clase obrera argentina, de tapa azul. Era interesante – dice. Podemos hablar”. Yo me sentí como si fuera Hobsbawm. ¡Realmente! ¿Por qué? Primero porque no dijo “Es un buen libro”, ni siquiera dijo “Me gustó”. Dijo “Es interesante”. Lo cual quiere decir que lo leyó, que lo comprendió, que no está de acuerdo en una cantidad de cosas y que lo hizo pensar. ¡Qué mejor tributo para un historiador! Él, el protagonista de mi libro, acababa de leer lo que yo dije. Me sentí infinitamente mejor que si me lo hubiera dicho... no sé... ¿quién te gusta? Braudel. O sea, de hecho me impacta menos porque no le creo si me lo dijera Braudel, ¿sí? ¿se entiende? Pero este tipo no tenía ningún interés, excepto éste. Y yo escribo para esa gente, trato de hacerlo lo mejor posible, trato de hacerlo con la mayor seriedad, trato de hacer que el lenguaje se entienda, a veces lo puedo hacer, muchas veces no. He elaborado un cierto estilo, para mí importante, que va desde ponerle algún corazón y lo anecdótico al principio en lo que escribo, para después desarrollar el argumento. No es la visión normal del intelectual. Muchos de los colegas se sienten incómodos con este tipo de cosa. Sin embargo yo puedo ir a cualquier sindicato en la Argentina, yo puedo entrar en barrios, yo puedo entrar... y a mí eso me importa. Mis estudiantes se ríen, lloran, qué sé yo, pero ninguno sale indiferente de mis clases, todos salen pensando, a veces piensan que yo estoy equivocado. Muchas veces. Muchas veces no sólo piensan que estoy equivocado sino que, si quieren hacer carrera, mejor la hacen con fulano que es un aburrido pero que... es la profesión. Porque el modelo de profesional es así. Pero a mí, yo no... a ver, para mí la historia no es un negocio. No sé cómo explicarlo. No es negocio. En historia para

mí no hay dinero, no, nunca voy a ser rico con la historia. No hay poder, excepto el poder de oprimir a mis alumnos, ¿sí? Y cada vez hay menos prestigio, excepto ese prestigio que yo recibo de toda esta gente que dice: “Sí, sí, ¿a ver? Como es tu historia para nosotros”. Y bueno, en ese contexto he tratado de ir elaborando cosas, empezando en una visión de historia muy liberal, muy positivista, datos, datos, datos. Y muy, muy, muy cuadrada, muy rígida. O sea, mi marxismo era el manual de la Academia de Ciencias de la Unión Soviética. Todo entraba muy bonito, bien. Y explicaba nada, nada, nada, nada, nada.

Méri Frotscher – Você falou sobre a importância dessa experiência de trabalhar com esses operários na sua formação como historiador. Como foi a sua formação teórica na universidade norte-americana?

PP – Mira, ahí hay dos niveles distintos. Primero como formación teórica en la universidad norteamericana, nada. Por lo menos, yo no tengo recuerdo de nada. No sé. A mí me hicieron leer el *Manifiesto comunista*, la historia de la Revolución Rusa de Trotsky, Hegel y una cantidad de otras cosas... Lo leímos como novela, digamos, no para ver cuáles eran las hipótesis que planteaban. Un profesor planteó el problema del movimiento en la historia, del motor de la historia, pero... con ninguna aplicación a la historiografía. Esto era un problema. Yo empecé a tener una formación más teórica en la militancia. Porque para nosotros, digamos, era una obligación. Había que estudiar. En un momento dado, además, no sólo había que estudiar a Marx, sino que también a los contrarios, porque tenías que ir a pelearte, tenías que saber cuál era su argumento. Y además tuve que estudiar una cantidad de procesos históricos, qué sé yo... la independencia de Angola, la lucha de Timor oriental... lo digo en serio. ¿Por qué? Porque teníamos que entender otros procesos revolucionarios. Y yo, que era el universitario, era el que tenía que explicárselo a mis compañeros. Entonces en ese contexto vas viendo teoría, la formación de historiador fue buena, o sea yo aprendí a investigar, a armar argumentos. O sea, fue buena, no fue mala. Pero no hubo base teórica interpretativa. Y una práctica general. Entonces en la medida que yo iba viendo, uno empieza muy rígido, porque además no entiende. Y en un momento dado empiezas a tratar de ver de combinar, digamos, tu corazón con tu militancia, con tu profesión... y tratar de explicar una cantidad de cosas, inclusive tu vida. En ese proceso descubres historiadores que lo han hecho. En el caso de Estados

Unidos, David Montgomery, para mí, fue una revelación. Cuando leí a David Montgomery sobre obreros norteamericanos, yo estaba leyendo lo que viví en la fábrica. O sea, Montgomery, que decía que él había sido obrero, obrero y comunista, que cuando lo echaron de la fábrica por listas negras en el sesenta y uno, como no podía ser obrero, se dedicó a hacer la segunda cosa que más le gustaba, que era ser historiador. ¡Maravilloso! Una persona genial. Él no hacía la historia de la clase obrera, él hacía *su* historia, y haciendo *su* historia, era el profesor de la... catedrático de Yale, que por supuesto termina su trayectoria organizando la gran huelga de Yale. Cosa que me pareció la corona de la carrera como historiador. Y él habla de control obrero de la producción, del problema del sindicalismo, cultura, él trata de aplicar... Yo descubro elementos de Thompson y de Williams a través de él. Porque él trata de explicar el problema de la dignidad del obrero, cómo funciona... Y cuando él hablaba de esas cosas, él hablaba, contaba que en una fábrica en el novecientos, a los obreros los habían encadenado, pusieron una cadena en la puerta para que no salieran, la patronal. Entonces hicieron huelga hasta que quitaron la cadena. Y cuando quitaron la cadena, ¿sí?, varios de los obreros renunciaron, se fueron. Porque habían ganado, pero no iban a trabajar para alguien que podía poner una cadena, ¿no? A mí me pareció muy bueno, ¿no? Pero a nosotros, cuando yo era obrero automotriz, en mi sección, un día la patronal decidió darnos aumento de sueldo. Gracias. Diez centavos. ¿Sí? Diez centavos por hora. Nosotros aceptamos el aumento. Y durante los dos meses siguientes todos renunciamos, porque no queríamos trabajar para un hombre que nos ofendía de esa manera. Para nosotros era preferible que no nos diera un aumento, o que nos diera un buen aumento. Diez centavos era una ofensa. Y nos fuimos. Nadie lo planificó, nadie dijo: "Hay que irse". Nos debemos haber ido quince o veinte. Yo renuncié ahí. Y renuncié ahí porque era lo que había que hacer. Era, diría Williams, sentido común, estructura de sentimiento. Esto la militancia política no lo ve. Porque muchos no han trabajado en fábrica. Pero a mí me quedaba muy claro. Entonces cuando yo veía elementos de, cuando investigaba trabajadores, a mí lo que Montgomery y otros me enseñaron, es este vínculo entre la vida de uno ¿sí? y el fenómeno histórico. Porque cuando yo me pongo a trabajar, lo hago como tesis doctoral... Porque después de diez, doce años, decido que, bueno, sí, quiero ser historiador. Entonces tarde, yo regreso a hacer el doctorado, hago el doctorado en lo que a mí me importa. O sea, que era la dictadura militar y los trabajadores, los obreros en la Argentina, yo quería ver formas de resistencia, lo que había

pasado, etcétera. Y a mí toda esta experiencia me sirve. Me sirve en muchos sentidos. Me sirve desde el punto de vista de que cuando yo voy a las fábricas a entrevistar gente de esas fábricas viene el historiador, pero también el compañero, ¿sí? O sea, hay un código que nos comprende, primero. Pero además cosas que yo sabía, yo sabía por experiencia propia. No es cierto que la represión eliminaba todo. Eso es mentira. Lo que hace la represión es tornarlo subterráneo. Y la gente, una vez que se acostumbra a la represión, encuentra formas de hacer cosas, que yo trato de volcar en mi historia. Me cuesta porque además no tengo herramientas, o sea, ¿cómo explicas todo esto, como explicas esa... la vida? Bueno tú la cuentas, la vas escribiendo. Pero cuando lees lo que escribiste nunca es tan rico como lo que viviste. Entonces, un buen día me ponen a cargo de la cátedra de Historia de los Estados Unidos. Yo regreso después de la dictadura a la Argentina y me ponen a cargo. Hay una renovación de estudios, dicen: “Tenemos que tener historia de los Estados Unidos por primera vez. Vamos a ponerlo a Pozzi que estuvo en Estados Unidos, habla inglés y algo debe saber”. Yo no sabía nada. Yo hice toda la carrera en Estados Unidos, nunca hice una materia de historia de Estados Unidos. Tuve que empezar a aprender. Y yo no quería, yo no quería, no quería saber nada, ¡yanquis de mierda ¿está? Yo lo que quería era que me tocara Historia de Argentina, Historia de América Latina, lo otro no me interesaba. En todo caso historia de las revoluciones podía ser interesante, la rusa, la francesa, pero esto otro no me interesaba. Me obligaron. Me dijeron: “Este es el puesto. No quiere, fuera”. Me obligaron. Y la verdad que estuvo muy bien, porque tuve que aprender otra historia, y esa historia me sirvió para empezar a ver la historia argentina y latinoamericana de otro lado. No en el sentido tonto. Ellos son democráticos, nosotros no. Eso es estúpido, realmente un nivel bajísimo de intelectual. La ciudadanía como la crearon... ¡qué tonterías son esas! En cambio, sí empezar a ver cuál fue el proceso migratorio allá y cómo fue acá. Qué hipótesis usan allá que nos pueden servir para explicar acá. Acá nosotros estudiamos, en el caso de la clase obrera, estudiamos las partes políticas: anarquistas, comunistas, socialistas... allá no. Nosotros podemos aportar visiones importantes allá. Los historiadores muy buenos, amigos míos, que trabajan el Primero de Mayo, Haymarket, en Estados Unidos, es notable la mezcla que tienen en la cabeza entre anarquistas, socialistas, sindicalistas revolucionarios, o simplemente radicales. ¡Son todos lo mismo! ¿no? No son todos lo mismo. Pero, y esto no es un problema de etiqueta, es un problema de entender por qué hacen tal cosa y qué es lo que creen que están haciendo.

Porque lograr ciertas solidaridades y otras no, ¿sí? entonces Albert Parsons no era anarquista, era so-cia-lista. Un socialista tipo socialismo sindicalismo revolucionario. Pero no era anarquista. Si no se entienden sus formas de organización, ¿no? Lo mismo que August Spies era anarquista, por eso además se peleaba con Parsons. Digo, si no queda todo como una cosa, que es todo el mundo lo mismo y no es así. Me llevaba, además, a otro tipo de cosas que es que... qué impactaba sobre historia. La historia impacta fuertemente en la militancia. Mi militancia en una época, años setenta y cinco, setenta y seis... éramos miles, ¿sí? Cinco años más tarde éramos... un puñadito. Yo soy del puñadito. Yo me quedé hasta el final. Lo primero que me tuve que plantear son cosas personales. Yo cuando empecé a militar yo tenía fe, no conciencia. Entonces ¿qué miércoles es la diferencia entre fe y conciencia? ¿sí? ¿se entiende? La combatividad era vista como conciencia. O sea, lucha. Bueno, mi recuerdo es que la policía y las bandas paramilitares eran tan combativas como nosotros. ¡Pucha! Y no tenían conciencia. Entonces acá había que empezar a explicar [...] una cantidad de cosas que yo trato de volcar en lo que hago en historia. Lo primero que termino haciendo es descartando cosas. Para mí los obreros argentinos no tienen conciencia alta, o baja. Digo, esto es algo que yo, hace veinte años, me parecía que tenían conciencia tres punto siete [risos] ¿sí? Me parece que lo que tienen es una conciencia muy fuerte como clase obrera, que esa conciencia fuerte se puede canalizar por canales comunistas o por canales peronistas o... que es una cohesión que implica una cantidad de identificaciones y de cohesión como clase que es importante. Que eso implique cambio social es otra cosa. Y los mecanismos para el cambio social son otra cuestión. Pero que sean peronistas no implica, ni que sean tontos, ni que no tengan conciencia. Tienen una conciencia determinada. Entonces esto hay que verlo. Ahora, ¡qué bonito lo que acabo de decir! ¡Qué bien! Bueno, ya hablamos, dijimos experiencia, estructura de sentimiento, bien... ¿Y esto cómo lo haces? Acá estoy, historiador, que además en un momento dado me encuentro haciendo estas cosas ¿sí? peleado con todos. Porque además yo sigo creyendo en clase social cuando todos mis colegas hablan de sectores urbanos. O me dicen con Stuart Hall y Gareth Stedman Jones que no hay clases, que es una estrategia para interpelar un sujeto para que el historiador pueda analizar. Para mí no. Yo no era un sujeto a interpelar, yo era parte de una clase social en un momento dado. También al mismo tiempo me implicó empezar, esta marginación implicaba empezar a explicar cosas para poder discutir, para poder comprender. Porque además, en parte

por las reglas de la profesión, en parte por lo que me dijo aquel obrero hace años, yo estaba convencido, y yo sigo convencido que nosotros, los izquierdistas, los que queremos un mundo mejor, tenemos que ganar la discusión histórica siendo mejores historiadores que los otros. Y que nuestro interlocutor es el conjunto de la sociedad. A mí no me interesa discutir con historiadores de izquierda. A ver si queda claro. No me interesa una pizquita. Como no me interesa que digan: "Pozzi es un teórico". A mí me interesa explicar el fenómeno. Mi mejor momento es cuando un estudiante lee lo que digo y dice: "Sí, puede ser. Vamos a hacer un proyecto para ver si esto es". ¡Qué bueno! ¡¿Sirve, no?! Después, si lo dijo Trotsky o Lenin, me importa un pito. No me interesa, como no me interesó tampoco en la noche de los tiempos. Por eso me decían luxemburguista, yo... siempre me gustó Rosa Luxemburgo. Qué le vamos a hacer, me sigue gustando. Este..., implicaba explicar una cantidad de cosas, que implica evolucionar en lo que [yo] venía siendo, intentando buscar cuestiones donde mi historiografía iba de los trabajadores a la organización, hice historia de los obreros en la dictadura, hice historia de la guerrilla en Argentina, de mi grupo guerrillero, del mío ¿está? Me peleé con todos mis compañeros, todos, no le gustó a nadie... No es cierto, a algunos sí... pero todos esperaban una historia perfecta, una hagiografía. Y yo no hice eso, ni lo voy a hacer. De ahí empecé a tratar de ver estos temas de conciencia, y por lo tanto en todo este proceso empecé a derivar hacia la oralidad. ¿Por qué? Porque si yo quiero trabajar la dictadura, obreros en la dictadura, esto no estaba en los diarios. No había archivos. Entonces yo junté muchos papeles, muchas cosas, pero un elemento central era que me dijeran qué había pasado en el lugar de trabajo. Y me contaron de montañas de cosas. Entonces yo, agarré mi grabador y fui fábrica por fábrica... "¿Qué pasó? ¿Cómo era fulano?". "Ah... un desaparecido...", "Se lo llevaron ¿por qué? ¿Era terrorista?" "Bah... era un pelotudo". Qué sé yo, un montón de cosas distintas, cómo las vivieron. Cuando paso de ahí a ver la historia de la guerrilla también junté muchísimos papeles, informes de servicios de inteligencia norteamericano, qué sé yo... Pero había un elemento que para mí era muy importante. Y mi elemento importante era, por qué un obrero, un obrero común, se había puesto a militar en un grupo armado. Y yo encontraba no uno, encontraba muchos. Además, yo conocía, ¿sí? Entonces ¿cómo iba a enterarme? ¿cómo iba a saber eso? Entonces yo empecé a grabar. Primero preguntándole ¿y por qué... esta organización? Y después empecé a ser un poco más inteligente, diciendo ¿dónde naciste? ¿qué pasó? ¿quién era tu padre? [risos] Es, porque,

además, una cosa que descubrí es que los manuales sirven como orientador, pero no como guía. Como guía, nada. Y a partir de eso que estaba haciendo, avanzar sobre el tema conciencia, etcétera; la oralidad se convertía en algo central. Sobre todo porque yo no estaba estudiando burguesía.

Geni Rosa Duarte – E nem o proletariado como uma coisa homogênea.

PP – Bueno, sí. Yo trabajaba... trabajo, proletariado. Acá también tengo una pequeña pelea con todos. Yo no soy proletariado, yo soy intelectual. Sí, yo creo conocimiento, no valor. Eso soy yo. Los desempleados, son clase obrera, proletarios, un tiempo, y después dejan de serlo. Porque los criterios que yo adquirí, que a mí me enseñaron en la fábrica, con el tiempo, se pierden, o cambian, o son otros. Porque ser desempleado requiere unas técnicas para sobrevivir y ser obrero requiere otras técnicas para sobrevivir. Las dos válidas, no es que una [sea] buena y otra mala. Las dos [son] buenas, ¿sí? Pero unas son técnicas lumpenproletarias, en el sentido clásico de Marx, no en el sentido político de las agrupaciones; y las otras son técnicas proletarias. Ambas rescatables. Pero para mí, volviendo a política, una tiene potencial de transformar la sociedad, [el] colectivo, etcétera; y el otro, si le va muy bien y triunfa, lo que tiene posibilidad es [de] tener trabajo. Qué bueno. Me parece absolutamente bien. Pero no es lo mismo. Entonces acá había que discutir una cantidad de cosas en términos [de] que yo sí, yo me dedico, me dedico a muchas cosas, pero me dedico al proletariado principalmente. Mi esfuerzo es entender eso. Cosa que me sirve para comprender cosas además, para relacionar... qué sé yo. Mi casa es la posada... en la Argentina diríamos que "es la posada de la buena teta" ¿sí? ¿Por qué? Porque todos maman de la casa. Entonces los obreros del frigorífico que está a cuatro kilómetros de casa, ¿quieren hacer una reunión? Vienen a casa. Una reunión sin que la patronal se entere, ¿no? Este... los negros del sindicato automotriz. Un día [se] juntaron dieciocho y los vecinos llamaron a la policía. ¿Qué hacen todos estos negros en la casa de Pozzi? Seguro lo tienen secuestrado, ¿está? Entonces permite una relación que para mí es importante sin que nadie se engañe. Yo soy historiador, yo soy intelectual, yo no soy obrero. No sólo yo no quiero ser obrero, sino ellos no quieren que yo sea obrero, para ellos es importante que yo sea historiador. Para mí es importante ser historiador con ellos. Esto es fundamental. Esto es muy difícil transmitírsele a mis alumnos, sobre todo a mis alumnos de izquierda, porque mis alumnos de izquierda creen que el modelo que hay que

seguir es el modelo panfletario donde cuanto más cites una obra de Marx, más revolucionario eres. Y yo vengo de... ya a esta altura del debate son cuarenta y tres años de trabajador, digamos, de obrero, trabajador, empleado, etcétera; donde lo que yo sí aprendí de las relaciones sociales de producción, es que el tipo que más hablaba y más difícil hablaba, era el que menos sabía y al que menos le prestaban atención. Punto. Hablé mucho [risos].

MF – Como era trabalhar com fontes orais nessa época na Argentina? Havia uma relação com outros historiadores orais? Como sua produção se inseria nesse universo?

PP – Sí, a ver, mira, al principio éramos muy pocos, pero muy pocos. Sobre todo porque la profesión no aceptaba la oralidad como una fuente. Digamos, bien rankeanos, bien positivistas, somos, seguimos siendo. No hemos dejado de serlo. Se nota porque muchos historiadores orales usan el documento oral como si fuera un documento escrito y ¡no es un documento escrito! ¿está? Y buscan sólo el dato objetivo y no tratan de ver también... O sea, hay datos objetivos... hay. Pero también hay... uno de los ejes centrales es la subjetividad. En ese momento en la historia, había el Programa de Historia Oral de Barrios, que hacía el Instituto Histórico, que era un lindo programa, interesante, muy poco histórico. Porque había poca práctica, reunía a los vecinos a contar como había sido el barrio y nada... y no había nada de análisis. Y no había construcción de fuentes tampoco. Después estaba Dora Schwarzsstein que se dedicaba a exiliados republicanos españoles. Estaba Ernesto Salas que trabajaba la resistencia peronista. Un excelente, excelente historiador. Muy buen historiador. Que abandonó la profesión, se hartó de las peleas en el mundo académico... le parecían, con cierta razón, estériles; y se dedicó a vender libros. Es librero. Es librero y hace historia cuando le gusta ¿no? Y él encontró cosas maravillosas. Y el tercero era yo. Que estábamos haciendo esto de la dictadura en ese momento dado, que no entendíamos nada, que no sabíamos nada de historia oral. Fuimos aprendiendo en ese proceso y en ese camino. Esto, te digo... estamos hablando [de] mediados de la década de mil novecientos ochenta. Como yo tengo alma de misionero protestante, entonces yo hacía talleres, equipos de trabajo, esto de recoger el testimonio de la gente me importaba... Y hacia mil novecientos noventa y cinco, digamos, esto empieza a crecer. Dora se junta a Liliana Barela y se hace este tipo de congreso. Difícil. Yo me acuerdo del primer congreso, yo fui al primer

congreso. Cuando me tocó dar mi ponencia hubo cuatro o cinco colegas del público, una que está acá, que me atacaron... me dijeron de todo ¡de todo! ¿no? Las peleas se traducían en términos también de las metodologías, los enfoques, etcétera. Lo que hice fue que yo no me preocupé por la profesión, me preocupé por los alumnos, por hacer proyectos con gente, y después por el exterior. O sea, cómo mejorar lo que hacía en historia oral, y yo me iba a los congresos de la Asociación de Historia Oral de Estados Unidos, tenía uno o dos conocidos. Me fui al de Río [de Janeiro] de la Ioha, al primero que se hizo en Nueva York, antes que la Ioha fuera la Ioha. Y tratar de juntar bibliografía, leer a Portelli, hacer lo que se podía. Y en la medida que íbamos avanzando de repente íbamos siendo más. Hasta que de repente, digamos, hacia fines de la década del noventa, no sólo éramos más sino que éramos bastantes. La mayoría de mis estudiantes usaba formas orales en sus investigaciones. No hacían necesariamente historia oral. Pero parte de su investigación, era con fuentes orales. Esto se convirtió también en un tipo de cosa que los institutos históricos municipales empezaron a hacer, se convirtió en *fashion*. Un día, todavía me acuerdo, hacia el noventa y ocho... la profesión... mis colegas, descubrieron la historia oral. Y la descubrieron porque había plata. Lo digo en serio. Los programas Erasmus, Alfa, las fundaciones como la Fulbright, la Ebert, etcétera, la Ford y compañía empiezan a financiar proyectos para rescatar testimonios, acervos testimoniales. Ahí hacen proyectos para rescatar la memoria. Y tenemos gente con muy buena formación, la más conocida es Elizabeth Jelin, que nunca hizo un pito de investigación. Cero. Pero que sabe mucho sobre toda la parte metodológica, teórica, etcétera; que [es], digamos, una gran gestora, una gran administradora de estos proyectos internacionales maravillosos. Y donde se empieza entonces a hacer, a rescatar sobre todo, derechos humanos, familiares, desaparecidos... Digamos los temas *fashion*, de moda, ¿no? Los que hacíamos negros, indios, obreros no teníamos mucho financiamiento. Yo no tenía mucho problema, sigo sin tenerlo. Yo mi investigación la hice siempre sin financiamiento. Yo trato de explicarle a mis alumnos que si la investigación te la financian es más fácil, pero que lo que posibilita que investigues es el corazón, no las finanzas, que te pueden financiar y hacer una investigación pésima; o no hacerla, y eres un ladrón. Que los grandes historiadores hicieron historia sin financiamiento. ¿Quién financió a Marc Bloch? ¡Nadie! Digo... Braudel, veinte años haciendo *El Mediterráneo*, mientras daba clase, ¿no? Me parece que es un ejemplo. Entonces, qué bueno que nos financien, y yo quiero que me financien [risos]. Pero no quiero que

me financien a cambio de perder el corazón. O sea, si me financian para hacer lo que a mí me mueve, me gusta, yo acepto. Y si no, yo hago lo que a mí me gusta.

GRD – Agora, a história oral tem uma importância bastante grande na questão da luta pelos direitos humanos após a ditadura.

PP – Sí, sí, sí. Hay una cuestión importante en términos de varios archivos orales. El archivo oral de Abuelas [de Plaza de Mayo] es conocido. El archivo oral de Memoria Abierta es conocido. Y el Archivo Nacional de la Memoria también está haciendo archivo. De hecho, yo he dado talleres sobre cómo hacer historia oral en varios de esos lugares. En general no son fuentes históricas, aunque se pueden usar. Son más [bien] fuentes judiciales. O sea, los testimonios pueden servir y la idea es que sirvan para hacer acción legal contra represores o para encontrar nietos de desaparecidos, o para transmitir la familia que ya murió al hijo que se encuentra, ¿no? Entonces hay una gama muy grande de eso, que está muy bien, muy bien. El archivo de Memoria Abierta es sencillamente maravilloso. Realmente muy bueno. Lleno de cosas, que hay que minar, hay que trabajar, ¿no? Entonces, derechos humanos es una cosa importante. Muy muy importante. Hay otro tipo de cuestiones que tienen que ver con entrevistas con militares. Y hay un archivo viejo, que es el archivo del Instituto Torcuato Di Tella, que tiene que ver con sindicalistas y, en menor grado, [con] políticos, ¿no? Sindicalistas que han grabado [y] que quedaron ahí, la calidad de esos archivos y esas entrevistas varía muy mucho. Porque además los practicantes, nosotros, somos relativamente nuevos. Por lo tanto las entrevistas reflejan nuestro estado de conocimiento según el año en que la hicimos. Mis entrevistas del año noventa son una porquería. O sea, son más interesantes para entenderme a mí que para lo que yo hice. O sea, una muy pobre construcción. Pero me gustan, me gustan, estoy contento.

RL – Como foi construir o Programa de História Oral da Universidad de Buenos Aires? Como é sua atuação?

PP – La investigación en la Universidad de Buenos Aires está organizada de distintas formas. Hay institutos de investigación de una universidad, de rectorado; institutos de investigación de facultad. Ambos son institutos, ambos son independientes, y para ser director hay que concursar. Además, los institutos

tienen secciones: Instituto de Historia Medieval, sección de Historia Medieval francesa, ¿se entiende? Y además de esto hay una figura, una figura medio... una figura rara, que es un programa. Un programa no es ni Instituto, ni sección. Está alojado, vive, habita, en un instituto, pero es autónomo, ¿está? Eventualmente, si todo anda bien, el instituto surge del programa, ¿se entiende lo que digo? Si tiene entidad, volumen y poder político. Nosotros nunca hemos tenido el poder político. Entonces, al principio de la década del noventa Dora Schwarzstein decidió crear el Programa de Historia Oral. Como un lugar digamos para empezar a hacer un proyecto de investigación en la Universidad de Buenos Aires. Tenía cuatro investigadores, una oficina y muy poco peso universitario. Porque ella lo ideó como un programa tradicional. Este programa duró doce, quince años, así. Dora murió en el año 2002. A mí me ponen a cargo en el 2003. A mí no me interesaba. Lo que hicimos con una serie de compañeros fue sentarnos a ver para qué nos podía interesar. Entonces decidimos que el Programa de Historia Oral era un buen lugar para hacer historia bien. Pero también para hacer un modelo distinto de universidad. Entonces nosotros decidimos una cantidad de cosas. Primero decidimos que al Programa de Historia Oral podría pertenecer cualquiera de cualquier disciplina que tuviera un proyecto de investigación. Entonces, hoy por ejemplo, tenemos historiadores, antropólogos, gente de letras, politólogos, ¿sí? sociólogos, psicólogos un montón, un montón. Demasiados psicólogos tenemos. Hay un poco de todo. Decidimos también que habíamos quebrado las fronteras disciplinarias, que queríamos quebrar las fronteras de claustro. O sea, podía pertenecer profesor, egresado – graduado – y estudiante. Lo que tenía que tener [era] un proyecto de investigación o estar integrado a un proyecto de investigación. Y después decidimos que no tenía que pertenecer a la universidad para pertenecer al programa. Entonces tenemos una cantidad de gente de universidad, tenemos una cantidad de gente que viene de profesorado, institutos terciarios, de secundarios, o sea profesores; y después tenemos vecinos, gente común, obreros. Acá, en este congreso, ahora, estuvo la madre del dirigente, del Secretario General de Subterráneos, que no vino porque estaba haciendo la huelga el lunes, el martes [risos], y hoy, ¡claro! Agarrándose... el miércoles tuvieron una batalla con la policía y con la derecha sindical acá a diez cuadras, ¿no? La madre acá sentada tomando nota de lo que tenía que hacer en historia oral. Esto, digamos, como composición, para nosotros era maravilloso, nosotros queremos una universidad que no esté cerrada sino que [se] abra a este público. La exigencia, sí, es que tengan un proyecto, y que el proyecto sea serio, sea bueno y se haga. Entonces

el programa tiene dos asambleas al año, una al principio, una a fin de año; en la cual yo explico lo que hay que hacer, digo lo que me tienen que entregar de trabajo, hablo de los problemas. Una asamblea política digamos. El que no va a la asamblea queda afuera. Son dos al año, no es terrible ¿sí? Estipulo tareas, tienen que entregar una reseña para la revista, tienen que tener una ponencia en el congreso. ¿No tienen ponencia? Tienen que tener una buena excusa, ¿no? O sea, “mi marido está enfermo” es una buena excusa. “No quise ir” no es una buena excusa, ¿sí? Este... “no hice nada” es una excelente excusa, váyase, vía. Y en torno a eso nosotros, entonces, articulamos el programa en torno a proyectos de investigación, a hacer un archivo. Toda persona que investiga con nosotros, cuando termina la investigación, tiene que entregar copia de las entrevistas y de los documentos. No sólo de las entrevistas, los documentos también. No, hoy, hoy no tenemos archivo, tenemos una pila, una montaña de cosas desorganizadas. Hay que organizarlo. Como nadie nos paga, nosotros hacemos esto gratis, entonces lo hacemos en el tiempo libre, entonces es lento, muy lento. Y además, hacemos una cosa para nosotros muy importante que es capacitación. Entonces nosotros desarrollamos toda una tarea muy grande a través de la Argentina, donde van compañeros, no todos, y no cualquiera, yo en eso selecciono. No cualquiera puede ir. Vamos a escuelas, a barrios o a vecindarios, a sindicatos. Donde nos invitan vamos. Nuestra idea no es hacer la historia oral de, sino capacitar a la gente para que ellos hagan la historia oral de la zona. En ese sentido, por ejemplo, hemos hecho la historia oral de varios sindicatos. El último fue la Asociación del Personal No Docente de la Universidad de Buenos Aires. O de la Unión Obrera Metalúrgica de Quilmes. El modelo es simple, nosotros juntamos... ellos proponen obreros, o trabajadores.... se hace un equipo, nosotros vamos uno o dos, nosotros coordinamos el equipo y damos la técnica. Y ellos tienen que hacer el trabajo y escribirlo, ¿sí? Nosotros después facilitamos que se publique. A menos que el sindicato quiera hacerlo. Esto es muy complicado porque en todos los casos que lo hemos hecho, al sindicato no le gusta el resultado. O sea, habla toda la gente de la base, y la mayoría de los dirigentes ñac, ñac, ñac. Pero es una experiencia muy rica, para los obreros y para nosotros.

RL – É a questão do empoderamento que você está colocando para nós?

PP – Sí. Nosotros estamos empoderando a esos trabajadores. Pero estamos empoderándolos en muchos niveles. No sólo ellos hacen su historia, sino que

también se convierten en intelectuales. Por lo tanto, yo apporto en mi conocimiento, y ellos en el suyo; en este empoderamiento, de repente, hay una especie de igualdad. No es una igualdad tonta, no somos lo mismo. Y ellos lo saben. Pero es una igualdad de poder. Yo no puedo hacer el proyecto sin ellos y ellos no pueden hacer el proyecto sin mí. Entonces es una relación donde en ambos casos tenemos que comprendernos. Yo tengo que aprender a lidiar con la política, los criterios, el lenguaje. En metalúrgicos, los obreros son muy machistas. O sea, mejor aprendes a hacer chistes de mujeres o te vas, porque eres raro. No chistes de *gzyz*, son de muy mal tono, ¿sí? Entonces no hay que... y los chistes de mujeres son chistes de mujeres de la patronal, nunca de la esposa o la hermana de un compañero. La esposa o la hermana de un compañero no es una mujer, es la esposa o la hermana de un compañero. Y si haces un chiste y dices "Qué buen culo que tiene" y... te rompen la cara, lo tienes merecido. Punto y están todos de acuerdo. Es muy notable. Lo cual no quiere decir que no hagan adulterio, que no sean libidinosos... pero es un machismo que tiene mucha vuelta, ¿no? Lo mismo que el racismo de esta gente, que hay que aprender a decodificar. Son racistas, pero al mismo tiempo ellos dicen, se refieren a sí mismos "nosotros los negros". Y "nosotros los negros" tienen la cara de Méri Frotscher, ¿no? Y tú dices "¿negros, de dónde?, ¿no?" "nosotros los negros"... Porque hay una similitud entre obrero y esclavo, el esclavo es negro, por lo tanto hay transferencia en la resignificación del término, ¿no? Es bien interesante. Bueno, esto hay que aprender cuando estás en esos equipos. Lo mismo que hay que aprender a hacer asado, asado bien, hay que aprender a cebar mate, hay que aprender a callarse la boca. Una vez yo estaba en Berisso, Berisso es una zona muy obrera, muy, muy obrera. Donde me habían invitado los obreros de astilleros navales, de barcos. Estaban interesados en historia, organización obrera, porque estaban siendo afectados por el desempleo, entonces a ver qué podían hacer. Yo hablo mucho. Yo sé que ustedes no se dieron cuenta pero yo hablo mucho [risos]. Entonces en un momento... no... el doctor Laverdi dice que no, queda registrado. Entonces en un momento, se para uno y dice: "Bueno, bueno, bueno, larga el micrófono, basta que ahora nos toca a nosotros. Esta reunión es para que nos sirva a nosotros no para que te sirva a vos. Cállate la boca". Y yo me sentí muy ofendido, yo era el que sabía. Hasta que me senté y pensé que tenía razón. La reunión era para que a ellos les sirviera, no para que yo diera clase cuatro horas seguidas [risos]. Fue muy linda reunión ¿no? Sigo hablando mucho... [risos].

GRD – A história oral se faz em um processo que torna difícil que as pessoas usem os arquivos de história oral para seus próprios propósitos?

PP – Y... es el riesgo. Cuando yo rescato la memoria o el testimonio, porque nunca es la memoria, es el testimonio, de algún individuo; esa persona me lo da en confianza. Yo trato de respetar la confianza. No puedo garantizar que si viene Geni Rosa Duarte tenga... lo trate bien, o correctamente. De alguna manera eso el testimoniante también lo sabe. No lo dice, pero lo sabe. Entonces nosotros en los testimonios ponemos límites. Por ejemplo, no te puedes llevar el testimonio, lo puedes leer o escuchar en la universidad, tomar nota. O sea, no te lo puedes llevar, porque el llevar implica una pérdida absoluta de control sobre qué haces con ello. De hecho que puedan leerlo o que puedan escucharlo ya resigna control. Hay testimonios que el testimoniante no nos deja que nadie más escuche. Hay límites. Hay testimonios que sólo pueden ser utilizados si se pide permiso. O sea, nunca resignan el derecho sobre lo que nos dieron. Nosotros esto tratamos de hacerlo respetar. A veces se hace. A veces hay gente muy poco seria en esto, hemos tenido problemas de robo de cosas. Tratamos de mantener fuertemente eso. Me parece más importante rescatar estos testimonios, o sea, tenerlos, preservarlos; que los peligros que encierra el mal uso. Porque si Geni los usa mal, por ahí viene Méri y los usa bien. Y por ahí ella lo usa mal, y ella también lo usa. Lo usan las dos y una mal, una bien, o más o menos en el medio. Y es el riesgo [del] que uno se hace cargo y [que] asume, ¿no? Es bien difícil. Hay testimonios [para los] que el peligro ya no es de mal uso, sino [que] es un peligro para el testimoniante. Yo he grabado guerrilleros que me contaron “Hice tal cosa”. Yo eso no lo pongo en el archivo, no lo cito, y si es muy complicado lo borro. Porque esa persona me lo dio en confianza, y aún si es irresponsable, irresponsable la persona, yo tengo que ser responsable por su seguridad. Es un problema de ética del historiador. Entonces trato de preservar eso. Hay de todo entre la gente ¿no?, bueno. Pero trato de preservar ese tipo de cosas. Es difícil. La historia oral te pone permanentemente en una cuestión como historiador. Por eso, digamos, yo no hago historia oral, yo hago historia. Esto pone nervioso a más de uno. O sea, yo uso fuentes orales para comprender un proceso social e histórico. Punto. Y no acepto, no sólo por cuestiones profesionales, sino también por cuestiones políticas, yo no acepto que me encasillen, que me encierren en un nicho y digan: “Ah, Pozzi no es historiador, es historiador oral”, ¿no? Los congresos estos o la asociación, me parecen válidos como un lugar de intercambio

donde yo puedo crecer en aprender. Pero no me parece válido ¿sí? hacer un sub-departamento de historia oral, ¿se entiende? Hacer la carrera de historia oral. Yo quiero carrera de Historia. Punto. Eso, bueno, y ahí cada uno a lo suyo. Digo, hay muchos que no están de acuerdo. O sea, resulta ahora que Marc Bloch y yo siempre hicimos historia reciente ¿eh? Hobsbawm siempre hizo historia reciente. ¡Guauu! Y es "novedad". ¡Es tontería!

RL – Sobre a história recente, a história do tempo presente, que também se coloca no Brasil, como você avalia essa tentativa de marcar esse campo?

PP – ¿Sabes lo que pasa? Ellos están ratificando... Vamos a pelearnos con el mundo, para variar... Cuando hablan de historia del tiempo presente o historia reciente, qué estás haciendo, estás aceptando la noción de Ranke o inclusive de Michelet, que decía "La historia comienza donde termina la memoria de mi abuelo", ¿está? O sea, el resto es politología. Bueno, no. No. Empezando por Tucídides, con la Guerra del Peloponeso, siguiendo por Michelet que escribe en mil ochocientos treinta la Revolución Francesa, ¿sí? Pasando por... ¿quién les gusta? Pierre Vilar escribió sobre la Guerra Civil española, cinco años después de que se hizo. Bloch escribió *L'Étrange défaite*, tres semanas después de que Francia se rindió en la Segunda Guerra mundial. A ver quién de nosotros diría que estos tipos no son grandes historiadores. ¡Son grandes historiadores! Trotsky escribe la historia de la Revolución Rusa y ¡es su historia! ¿sí? ¿Quién diría [que] no son historiadores? ¿son historiadores de tiempo presente? Su objetividad está en cuestión. ¡Oh! [risos] ¡Es notable! El libro de Hobsbawm, *Historia del siglo XX*, que a mí no me gustó, pero bueno, no me gustó pero ojalá lo hubiera escrito yo, ¿sí? ¿bien? Es una historia de tiempo reciente. ¿Quién eh...? Hobsbawm no dijo voy a hacer una historia de tiempo reciente. Dijo voy a hacer una historia del siglo XX. Entonces me parece que nosotros, con toda esta cuestión del negocio de la historia, de los subsidios, del financiamiento, vamos descubriendo cosas y haciendo cosas que no necesariamente apuntan al crecimiento del conocimiento, sino [que] apuntan al crecimiento del financiamiento. Cuando yo era estudiante de doctorado, todos habían descubierto historias de negros. A mí me llamaba la atención. Yo me había formado leyendo a Herbert Aptheker, *Las rebeliones de esclavos en Estados Unidos*, que la escribe en mil novecientos treinta y es una gran historia de negros. Había leído *Los jacobinos negros, The black jacobins*, ¿sí? eh... de C. L. R. James, sobre Toussaint L'Ouverture. ¡Una historia

de negros! Había un montón de otras historias de esclavitud de negros. El descubrimiento en la historia de negros, para mí no era un descubrimiento. Otra cosa es que los historiadores dejaran afuera a los negros de la historia. Son dos cosas distintas. O sea, que hablaran del sur norteamericano y no había un esclavo en la historia que hacían ¿sí? Pero de repente esto de historia de negros como novedad... después hubo cosas, qué sé yo... el género es otro tipo de cosas porque sí... y la verdad es que historias del género femenino anterior, me cuesta mencionar alguna si es que la hay. Pero de todo... historia desde abajo. Nueva historia. Cada diez años inventamos [algo]. La historia oral fue un invento también en un momento de estos, o la historia del tiempo presente, en el medio estuvo historia y memoria. Maravilloso ¿no? Y muchos de estos vuelven... Yo me formé en historia desde abajo ¿cuál es la diferencia entre... qué sé yo, no sé, las cosas que hacía Thompson de “Antropología, folclore e historia”, “Tradición y cultura”, y las cosas que se hacen en términos de historia cultural después, o de memoria, o de tradición, o de “Comunidades imaginarias” de Benedict Anderson o tantas cosas más? Y una diferencia es que lo de Thompson es mucho mejor, más sugerente, interesante, más flexible. Pero en términos de temáticas, de cómo, enfoque, de abajo, qué sé yo.... Digo, o sea, ¿está mal hacerlo? No. Que lo haga todo el mundo. Pero de ahí a plantear una absoluta novedad me parece... yo no lo creo así. Por eso no me interesa. O sea, yo no voy a los congresos de historia reciente. Digo, tuve que pelear en el doctorado para trabajar la dictadura argentina, y ahora... gané, me incluyeron en historia, me permitió ganar un concurso en historia y ahora descubro que no soy historia, soy historia reciente. ¡Vamos! Vayan a c..., ¿qué les pasa? [risos] Si es cierto, lo siento viste. O sea, mi disputa es, por qué es la historia y para quién es la historia y no de ir buscando nichos y trucos. Yo creo que nosotros tenemos que ser buenos historiadores y a mí no me importa si es la historia del Peloponeso griego, o la historia del fascismo italiano, o la historia de Lula. Las reglas de seriedad, enfoque, etcétera; deberían ser similares, ¿no? La pasión con la que lo ves, el interés y la relevancia en la sociedad, tendrían que ser similares. Bueno, ya está, basta, hablé demasiado [risos].

GRD – Eu queria fazer mais uma questão, especialmente em relação aos testemunhos que são usados pelas comissões de direitos humanos. Muitas vezes, o testemunho é usado para pedir ressarcimento por causa daquilo que a pessoa passou. Como é que o historiador trabalha com esses testemunhos se eles já têm uma direção?

PP – A ver, mira, primero, no hay tal cosa como un testimonio puro. Todos están viciados, todos tienen tendencias, todos ocultan y revelan cosas, todos te cuentan algo porque quieren decirte algo.

GRD – Mas muitas vezes estes testemunhos têm que vitimizar para reivindicar. Na verdade, você vai entender um processo em que as vozes que estão falando são vozes que vitimizam.

PP – Una historiadora, para mí muy mala, que se llama Ana Longoni, produjo una investigación que se llama *Traidores*. Ella entrevistó sobrevivientes de los campos de tortura, particularmente de la Escuela de Mecánica de la Armada, que colaboraron ¿sí? Donde elige del testimonio, de los testimonios que recoge, la auto-victimización del testimoniante. El testimoniante cuenta lo terrible, como sobrevivió, etcétera. Y en particular cuentan cuando salen en libertad, el problema del miedo que tienen porque sus compañeros los consideran traidores porque sobrevivieron. ¿Está claro hasta ahí? Ella hace una larga explicación acerca de lo terrible que esto es. Y yo me puse muy enojado. Porque el testimonio tiene que ser comparado, contrastado, cotejado, con documentación y con datos. ¿Cuántos de estos sobrevivientes de campos fueron ejecutados o asesinados por la guerrilla? Ninguno. Entonces es posible que tuvieran miedo. Ahora, vos como historiador, ese miedo, si no hay bases comprobables, tienes que tomarlo en cuenta en tu análisis como una construcción y no como una realidad. Porque una posibilidad sería, no que mientan, sino que el miedo sea producto de la culpa de que sí, han traicionado. ¿Sí? ¿se entiende lo que estoy diciendo? De hecho a estos sobrevivientes ni siquiera les han pegado. No los han golpeado. O sea, la persecución de sus antiguos compañeros, inclusive de aquellos que entregaron, es mínima. A ver, no hemos ejecutado a los torturadores ¿sí? menos vamos a ejecutar a los compañeros que sobrevivieron. Es todo una problemática. En ese sentido, una de las principales personas que elabora esta cuestión del miedo, de la dualidad, de los pobres sobrevivientes; es una mujer que se llama Pilar Calveiro, dirigente de Montoneros, sobreviviente de la Escuela de Mecánica de la Armada, colaboradora de la Armada ¿queda claro? Que sobrevive, intelectual, escribe una cantidad de cosas, hace la interpretación y recoge los testimonios. Esto es un problema. O sea, no que los testimonios estén mal. Lo que está mal es el análisis que hace el historiador del testimonio, el uso. Digo, o sea, saca eso de ahí. ¿Por qué voy a creerle a un obrero que me cuenta la huelga heroica que

es la verdad? Yo tengo que mirar. Al fin y al cabo, después de la muerte de Luigi Trastulli, sabemos que acá hay muchas cosas involucradas. Que vemos si se pueden encontrar datos, pistas, indicios, de lo que es un testimonio muy viciado, muy viciado, estos, por ejemplo, muy auto-justificativos. Otro ejemplo que a mí me sirvió mucho. Claro, yo entrevistaba guerrilleros. Ninguno me contaba nada así... que había hecho nada terrible. Nunca le pegó a un preso militar... nada. Siempre... pero sí, había casos terribles de lo que los militares habían hecho. Bueno. Un día leo a Portelli sobre los fascistas, sobre la masacre de Val di Chiana. A mí me pareció [de] lo más ilustrativo, porque la crueldad es atributo del enemigo, nunca propia. Ahora cuando tú te das cuenta de eso, empiezas a incorporar este elemento a tu análisis. Entonces yo le pregunto a uno "Dime, ¿cómo era fulano de tal?", un tipo que era [del] cuadro político, responsable militar de la provincia de Córdoba, del Ejército Revolucionario del Pueblo. Y el testificante piensa, piensa, piensa y me dice: "Mira, un día vino a una reunión y dijo: 'Quiero sangre en las calles de Córdoba'". ¿Qué dijo de su responsable? Dijo que era un reverendo hijo de puta. ¿Por qué? Porque lo mostró como una persona cruel que no le importa la vida humana, ¿sí? y sanguinaria. Es mucho peor eso, que haber dicho hijo de puta. O sea, dijo lo peor que podía decir sobre ese compañero. Ahora, esto implica meterse a entender la lógica del análisis a partir de lo que sugiere Portelli. Porque si no lo que tú ves es como un testimonio verídico que dijo "quiero sangre" y el que analiza que es sangriento eres tú. Mientras que no es importante si dijo o no dijo, sino lo importante es lo que te dice el testificante, lo que refleja, ¿está? Sí, es difícil, es bien difícil, por eso es rico. Por otro lado es difícil la documentación escrita. O sea, mis alumnos piensan que con leer esto ya está. Yo les doy seminarios de metodología, lo primero que hago, saco el diario y digo "A ver qué vieron". Y empiezan a leer la noticia. ¿Cuál es el tamaño de la letra, dónde está la foto, cuántos espacios en blanco hay, el título? Hay una volanta arriba, un balazo se llama para nosotros, ¿sí? A ver, con la estructura de esto, bueno, ahora que vieron todo esto, lean. Digo, a veces uno no lo hace, yo tampoco lo hago a todo eso. Hay que saber leer un documento. En eso Estados Unidos es muy bueno, porque ellos me enseñaron todo eso. Que las fuentes son variadas, que hay que interrogarlas, que hay que ver cómo. El positivismo en Estados Unidos es... muy alemán [risos]. Lo toman de ahí, claro, claro. Si estaban... en mis épocas más jóvenes estaban fascinados con la Escuela de Bielefeld. Bueno, basta.

Referências

POZZI, Pablo. Esencia y práctica de la historia oral. *Tempo e Argumento: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, Florianópolis*, v. 4, n. 1, p.61-70, 20 jun. 2012. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012061/2033>>. Acesso em: 26 out. 2014.

Resumo: A entrevista com o historiador argentino Pablo Pozzi – diretor do Programa de História Oral da Universidade de Buenos Aires (Uba), membro ativo da Associação Internacional de História Oral (Ioha) e um dos criadores da Red Latinoamericana de História Oral (Relaho) – foi realizada em 2009 pelos historiadores Robson Laverdi, Geni Rosa Duarte e Méri Frotscher, durante o Congresso de História Oral promovido pela Asociación de Historia Oral de la República Argentina (Ahora). A entrevista traz aspectos de sua história pessoal, vivida sobretudo entre Argentina, México e Estados Unidos; de sua formação e de sua trajetória acadêmica, como professor titular da Cátedra de História dos Estados Unidos na Uba e como investigador da história dos trabalhadores e de militâncias de esquerda na Argentina e nos Estados Unidos; e, principalmente, de seu protagonismo no movimento de difusão e prospeção da história oral na América Latina.

Palavras-chave: história oral, Argentina, América Latina.

“I make history for the common people”: collective interview with Pablo Pozzi

Abstract: The interview with Argentine historian Pablo Pozzi – director of the Oral History Program at the University of Buenos Aires (Uba), active member of the International Oral History Association (Ioha) and one of the creators of the Latin American Network of Oral History (Relaho) – was held in 2009 by historians Robson Laverdi, Geni Rosa Duarte and Méri Frotscher during the Oral History Congress organized by the Oral History Association of Argentina (Ahora). The interview brings aspects of his personal history, lived mostly in Argentina, Mexico and United States; his education and academic trajectory as a professor of the Chair of United States History at Uba and as a researcher of the history of workers and left-wing militants in Argentina and the USA; and, mainly, of his protagonism in the movement of dissemination and exploration of oral history in Latin America.

Keywords: oral history, Argentina, Latin America.

Recebido em 05/09/2014

Aprovado em 31/10/2014